

Entrevista António Carlos Monteiro

CDS-PP

Parlamento, 09/01/2018

Como é o contacto entre deputados e cidadãos? Quais são os instrumentos utilizados?

O contacto com o eleitorado depende muito de a que é que respeita esse contacto. Aquilo que é o trabalho de círculo tem a ver com o seu contacto com o distrito o círculo eleitoral onde é eleito e, portanto, isso tem a ver com o trabalho que é feito essencialmente à segunda-feira, naquilo que são os contactos que fazemos nessa atividade, numa empresa, com IPSS, associações empresariais, sindicais. Isso é o foco do trabalho de círculo. Que envolve também como é óbvio aquilo que é a atividade política das várias estruturas do partido e permitem também fazer a ligação a sociedade. Depois temos o contacto com o eleitor nos temas, aí dependem muito das áreas onde temos participação designadamente nas comissões permanentes. Por exemplo eu estou na comissão do trabalho e ainda antes da nossa conversa estive a receber uma comissão de trabalhadores dos sindicatos da PT e Altice, por causa dos problemas relacionados com essa empresa - isto tem a ver também com o contacto com o eleitorado e é importante sublinhar isso. É evidente que temos os e-mails disponíveis para quem quiser contactar por essa via. No Facebook o perfil é pessoal, mas apesar de tudo quem quiser pode ir vendo as publicações políticas que vou fazendo no perfil. São os meios que temos à disposição.

Quem inicia o contacto, é o deputado ou os cidadãos/grupos de cidadãos?

Depende. Por exemplo, visita a um centro de saúde, tomei a iniciativa daqui, marcámos a visita e fui visitar o centro de saúde e perceber as condições de funcionamento. Infelizmente fecharam o centro de saúde à noite por falta de meios. A razão da visita penso que é explicativa. Aí tomei eu a iniciativa. A reunião que tive hoje de manhã foi iniciativa de quem nos contactou a pedir para ser recebido.

Qual é a importância que os deputados atribuem a estes contactos? Em particular, quais são as funções principais destes contactos (exemplo: conhecer problemas locais, preparar iniciativas legislativas, etc.)

Eu dou bastante importância. Essencialmente naquilo que é a atividade da fiscalização da atividade governativa. E nalguns casos pode ser relevante do ponto de vista da iniciativa legislativa. Alguns dos problemas que nos são colocados por comunidades locais levaram já por exemplo a projetos de resolução [exemplo sobre A32].

O contacto tem aumentado nos últimos anos? Houve uma alteração destes contactos com a crise?

Não sei fazer a diferença.

É frequente apenas nas campanhas ou acontece de forma regular ao longo da legislatura?

É diferente. Na campanha eleitoral estamos a falar de um contacto intenso em que procuramos passar uma determinada mensagem. Fora de campanha eleitoral é essencialmente para ouvir as preocupações das pessoas e tentarmos responder a essas preocupações. A frequência é diferente. É periódico ao longo dos quatro anos. Mas se somar todo o tempo acaba por ser maior.

Relações partidos-grupos de interesses

Considerando o seu grupo parlamentar e a sua experiência, quais são as associações ou grupos de interesses com que o grupo parlamentar mantém mais relações?

Não se pode dizer que temos uma relação próxima com grupos de interesse antes pelo contrário.

Na comissão onde eu estou, o contacto mais permanente acaba por ser com comissões de trabalhadores.

Temos outro tipo de associações, associações patronais, que correspondem a estas mesmas consultas. Quando ouvimos CGTP e UGT ouvimos sempre a CIP, CCP e CAP. Procuramos equilíbrio e ouvir ambas as partes.

Em termos temáticos e de áreas de atividade esse contacto não é muito frequente através da comissão de trabalho. É mais através do grupo parlamentar.

Isso também tem muito a ver com os temas que lidamos nas comissões.

Dentro do CDS há alguém mais responsável pelo contacto em termos associativos e de organizações?

Em regra, não há um pelouro específico. São os que estão mais organizados em função dos temas. Eu estou na comissão de trabalho é obvio que essas são entidades com quem temos de nos relacionar. Nas Finanças por exemplo pediram-me para ser ouvidos a associação de produtores de tabaco. Sobre fiscalidade sobre o tabaco. Claro que estamos a falar de um grupo de interesses.

Imagino que há 10 anos não era assim, porque esta é uma realidade que tem vindo a organizar-se.

Quais as principais formas de contacto? Há periodicidade no contacto com os sindicatos e associações patronais? É mais formal ou mais informal?

A iniciativa não é nossa. Em torno do orçamento, questões fiscais, é que são pedidas à comissão de finanças audiências para se pronunciarem sobre essa matéria. Quando estamos a falar de alterações laborais nós temos o dever de trazer essas entidades para consulta à comissão. A própria AR, não os grupos parlamentares, tem obrigação de ouvir. Depois os sindicatos pedem também audiências aos grupos parlamentares e à própria comissão.

Os grupos parlamentares em regra, pelo menos nós, não tomamos iniciativa de chamar cá a não ser que seja em função da preparação de algum tipo de legislação. Por exemplo, legislação em matéria de apoio à maternidade, aí tomamos iniciativa de chamar organizações com relevância na matéria para as ouvir antes.

Além das reuniões no parlamento há outras iniciativas, por exemplo convites para participar em reuniões no partido, conferências conjuntas...?

Em alguns casos faz sentido organizar uma consulta pública, o que significa organizar uma conferência.

Como é feita a elaboração das listas de candidatos para as legislativas? No caso do CDS, que critérios são tidos em conta?

No caso do CDS, há uma quota nacional, decidido pela direcção do partido, gerida círculo a círculo. Depois quem propõe a restante quota é organizada em cada distrital.

Há critérios informais para além destas regras formais: por exemplo o desempenho do deputado na legislatura anterior é um dos critérios tidos em conta na seleção dos candidatos?

Isso é sempre uma avaliação subjetiva. É difícil falar sobre eles quando não somos nós que fazemos esta escolha. Tem a ver também com a liderança e a equipa que se quer ter no novo grupo parlamentar face ao resultado eleitoral expectável. A direção olha a vários critérios. O critério do desempenho se já foi deputado; o que pode trazer de novo ao grupo parlamentar se nunca foi deputado, mas vem da sociedade civil com um contributo importante em determinado tema; critérios de equilíbrio geográfico e de sexo. Tudo isso são avaliações que são feitas e que procuram potenciar aquilo que é vários aspetos que têm de ser tido em conta quando se fazem listas. A proposta política do partido, a mistura de renovação e experiência e também alguma noção geográfica de como isto pode ser equilibrado.

Em relação aos deputados há uma avaliação que é feita?

Se houver essa conversa é privada.

Portanto não me sabe dizer se é feita uma avaliação quantitativa do trabalho parlamentar, se isso é uma preocupação?

A preocupação não é quantitativa. Não é quantidade. O papel na sociedade, a forma como os temas que defendeu correram. Essa é uma avaliação sempre muito subjetiva que depende muito de deputado para deputado. Há deputados que são mais discretos, mas que fazem um trabalho importante. Não há espaço para todos serem estrelas da comunicação social. São os carregadores de piano, também são importantes.

Como é definida a distribuição dos deputados pelas comissões parlamentares? Quais são os critérios? Os deputados escolhem as comissões da sua preferência?

Sim, a liderança parlamentar colocou a pergunta aos deputados, os deputados indicaram onde teriam apetência para ir, depois foi discutido com o deputado onde é que havia oportunidades para desenvolver o seu trabalho.

Dos instrumentos disponíveis no trabalho parlamentar qual é o mais eficaz e o mais utilizado para influenciar a agenda política?

Se estiver a falar da agenda política nacional, aquela que é influenciada pelo partido, obviamente é o debate quinzenal. Se está a falar do trabalho de círculo são as perguntas, os projetos de resolução, essencialmente acho que serão os mais úteis. No trabalho temático, das comissões, o projeto de lei e de resolução também são úteis.

E a nível individual, para um deputado?

O mais fácil talvez de utilizar é a pergunta. Porque na pergunta seja escrita ao governo ou outra entidade pública depende apenas do deputado e boa vontade. Posso ir ao meu círculo eleitoral mostram-me um esgoto ao céu aberto e eu pergunto como é que isto é possível.... está aqui já ação política a ser feita. A possibilidade de dizer já perguntei e passado uns tempos apresentar a resposta.

O conteúdo das perguntas é decidido pelo grupo parlamentar/partido ou pelo deputado a nível individual?

As perguntas é o deputado que faz. No projeto de resolução em regra são feitos pelos deputados, podem ter temas ou serem também preocupações de círculo, mas nesses casos depende não só da direção do grupo parlamentar, depende da conferencia de líderes onde estão todos os partidos, para que possam ser agendados e discutidos e, portanto, os tempos já são completamente diferentes. Enquanto que segunda-feira posso verificar um problema destes e terça ou quarta faço a pergunta, a ação política inicia-se imediatamente. É obvio que uma pergunta só por si não resolve os problemas, mas pode ajudar a chamar a atenção do problema.

O tema é articulado com as propostas do programa eleitoral ou depende mais do momento político?

Depende. Quando somos eleitos com um programa eleitoral não há propriamente contradição na forma como olhamos para a solução dos problemas. Na pergunta estamos à procura da resposta, não a propor uma solução política. Não é uma iniciativa legislativa. É fiscalização que a AR faz da atividade do governo.

Recebem contributos da sociedade civil para a elaboração das perguntas?

Sim. Recebemos e-mails a proporem-nos. Isso é discutido em termos de oportunidade.

Os novos deputados têm maiores dificuldades em promover perguntas?

Não, de todo.

A dimensão do grupo parlamentar e o facto de estar a apoiar o governo ou na oposição influencia o número de perguntas efetuadas?

A dimensão acho que também não prejudica, estamos a falar de um trabalho individual de cada deputado.

Depende também do número de deputados eleitos pelo círculo.

Estamos a procurar apurar factos ou obter documentação, não apresentamos propostas.

O facto de se estar a apoiar o governo, nalguns casos pode levar a alguma maior cautela na forma como se faz a pergunta. Mas eu nunca tive a experiência de estar na AR com o CDS no governo.

A ocorrência da crise económica em 2010 alterou a forma e temas das perguntas ao governo? Há um maior enfoque em assuntos diferentes dos assuntos pré-crise?

No trabalho de círculo e as perguntas, são os temas concretos da vida das pessoas

Quando se fala da questão da crise, fala-se de questões macro, muitas vezes as pessoas preocupavam-se era com o seu emprego.

Não estive cá na altura da crise. A perceção que eu tenho é que as pessoas têm preocupações concretas, não fazem transição para o patamar macro, para as grandes políticas macroeconómicas. Os políticos têm que fazer e explicar essa transição.

Como funciona a preparação dos debates quinzenais com o Primeiro Ministro?

No caso do CDS, são preparados pela presidente do partido. Rodeia-se de quem entende em determinado momento possa dar um contributo para a preparação. Deputados ou pessoas de fora, da direção do partido.